



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Críticas marcam debate

Promovido pelo Sescon-RS e transmitido pela Rádio Guaíba, o debate entre os candidatos à Prefeitura de Porto Alegre foi marcado por cobranças à atual gestão até mesmo por representantes de partidos que integram ou deixaram há pouco a base do governo Fortunati, casos de Maurício Dzedricki, do PTB; e de Nelson Marchezan Júnior, do PSDB, que tem aliança com o PP. Apoiado pelo prefeito, o candidato do PMDB, Sebastião Melo, chegou a mencionar que “foram todos contra um” e que não teve como responder à integralidade dos questionamentos. Consciente de que a população vivencia diariamente deficiências da cidade, Melo defendeu avanços, mas reconheceu problemas para falar de seus planos. O peemedebista encerrou afirmando que “alguns ficaram 12 anos no governo e agora fogem como o diabo da cruz”. Luciana Genro, do PSol, apesar de aparecer como uma das favoritas nas pesquisas, não foi uma preferência dos adversários nas perguntas. Luciana priorizou propostas e acabou alvo de uma das únicas provocações, quando o candidato do PSL, Fábio Ostermann, citou a simpatia dela pelo regime venezuelano. Raul Pont, que tem a responsabilidade de defender o legado do PT e de tentar garantir o retorno à prefeitura que foi vitrine petista na década de 80, utilizou a estratégia de vincular as críticas ao atual governo com conquistas do PT nos 16 anos em que comandou o Paço. Apesar da cautela inicial, o perfil combativo de muitos candidatos indica que é questão de tempo para que sejam protagonizados confrontos mais incisivos.

Supremo julga ações sobre regras eleitorais

O Supremo julga na próxima quarta-feira ações que visam anular parte da nova lei eleitoral. O objetivo é que o STF declare inconstitucional a exigência de que para um candidato ter presença garantida nos debates é necessária representação de no mínimo dez deputados na Câmara e a divisão estabelecida do tempo do horário eleitoral. Segundo a nova regra, 90% do tempo dos programas no rádio e na TV são divididos proporcionalmente ao tamanho das bancadas na Câmara e apenas 10% igualmente entre todas as candidaturas. Na legislação anterior, a divisão era, respectivamente, de 2/3 e 1/3.

Resultado de reunião em Brasília gera otimismo

O secretário da Fazenda, Giovanni Feltes, e o líder do governo na Assembleia, Gabriel Souza, saíram otimistas da reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. O avanço se deu na reivindicação de ressarcimento por investimentos do Estado em estradas federais na década de 80. Gabriel lembrou que dois processos anteriores foram indeferidos pela União e que a determinação de Padilha, de criação de grupo técnico para tratar do caso, é indicativo de que há disposição em ajudar. As boas relações de Padilha com o Piratini e a ligação com o Rio Grande do Sul também são considerados fatores favoráveis. “O Padilha foi ministro dos Transportes, tem conhecimento do tema e quer ajudar”, disse Gabriel, ressaltando que a iniciativa não abriria precedente pois o Rio Grande do Sul é o único estado com esta possibilidade. A intenção é garantir ressarcimento de cerca de R\$ 2 bilhões para o pagamento do 13º do funcionalismo.

Representação

A União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública entregou ao procurador-geral de Justiça, Marcelo Dornelles, representação questionando a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O documento sustenta a inconstitucionalidade da proposta devido ao congelamento no reajuste de servidores e ao congelamento dos orçamentos dos poderes para 2017.

Ativamente

Em nota à coluna, a coordenação da campanha de Raul Pont afirmou que Tarso Genro está participando ativamente da campanha por meio do conselho político, que tem influência direta no programa de governo. Tarso também se manifestou em relação à avaliação de lideranças do PT, de que ele não participaria de forma efetiva da eleição para evitar constrangimentos. “Minha relação com a Luciana (Genro, do PSol) é pessoal, de pai para filha. Minha relação política é com meu partido e meu candidato, Raul Pont”, disse o ex-governador.

APARTES

■ A OAB gaúcha lança, segunda-feira, campanha contra o caixa 2 nas eleições municipais. A iniciativa visa concentrar denúncias, filtrar e fiscalizar possíveis irregularidades por meios físicos e virtuais. Para facilitar as denúncias, a OAB criou aplicativo disponível para Android e iOS.

ELEIÇÕES 2016

Decisão do STF beneficia mais de 6 mil fichas-sujas

Declarações de Gilmar Mendes provocaram reações entre colegas, tribunais de contas e entidades, como a OAB

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Valdeir Fernandes Pascoal, rebateu a declaração do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes de que a Lei da Ficha Limpa foi mal feita e parece ter sido elaborada por “bêbados”. “É uma palavra que nos surpreende, pensamos exatamente o contrário, a Lei da Ficha Limpa é uma lei cidadã”, disse. Segundo Pascoal, a decisão do STF sobre inelegibilidade de prefeitos poderá beneficiar até 6 mil prefeitos e ex-prefeitos “fichas-sujas”. Com base na lei, esses políticos poderiam ter candidaturas impugnadas porque tiveram contas rejeitadas por tribunais de



Mendes voltou a criticar teor da lei

contas estaduais nos últimos oito anos. Conforme a decisão do STF, somente a câmara de vereadores poderá tornar inelegível um prefeito que teve suas contas de governo ou gestão rejeitadas por um tribunal de contas.

Mendes voltou ontem a criticar a lei. Ele disse que a formulação da lei foi voluntariosa. “A criação dessa lei foi extremamen-

te voluntariosa e deixou espaço para múltiplas interpretações, múltiplas confusões. Não é só rejeição das contas, mas que tenha demonstrado o dolo, o ato de improbidade. É complexo”, disse. “Quem trabalhou na confecção dessa lei, não tinha vivência com o sistema do direito constitucional nem do direito eleitoral.

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, disse ontem que a Lei da Ficha Limpa é boa e “sóbria”, mas não comentou a declaração do colega. O presidente da OAB, Claudio Lamachia, afirmou que a entidade estava “consciente” quando apoiou Ficha Limpa. “A Lei da Ficha Limpa é amplamente reconhecida pela sociedade como um avanço da democracia e do sistema eleitoral, impedindo a candidatura de quem tem ficha suja. Tanto é assim que foi apresentada como projeto de lei de iniciativa popular”, afirmou Lamachia. “Todas as entidades que apoiaram a Lei da Ficha Limpa, entre elas a OAB, estavam absolutamente conscientes da importância dessa medida.”

LAVA JATO

AGU vai cobrar PP por desvios

O advogado-geral da União, Fábio Medina Osório, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o compartilhamento de provas do inquérito criminal contra o deputado Nelson Meurer (PP-PR) para iniciar uma ação na área cível contra o parlamentar. A intenção é pedir a devolução aos cofres públicos do dinheiro desviado da Petrobras. Segundo as investigações, o deputado teria recebido mais de R\$ 30 milhões do esquema entre 2006 e 2014. Esse valor poderá ser cobrado com juros e correção monetária.

No ofício enviado ao STF, Medina Osório lembra que as dili-

gências da Polícia Federal já foram concluídas no caso e que instrução normativa da corporação “determina que deverão ser comunicadas à Advocacia-Geral da União as investigações realizadas pela Polícia Federal que resultem na constatação de desvio, malversação de recursos públicos ou lesão ao erário”.

Com o encerramento da fase preliminar das apurações criminais, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ofereceu denúncia contra Meurer e seus dois filhos, Nelson Meurer Júnior e Cristiano Augusto Meurer. Em 21 de junho, o STF acei-

tou a denúncia e transformou o inquérito em ação penal contra os três, que passaram à condição de réus. Eles respondem no tribunal por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

As investigações revelam que o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e a cúpula do PP receberam, entre 2006 e 2014, R\$ 357,9 milhões em recursos desviados de contratos de empreiteiras com a estatal. Desse total, R\$ 62,1 milhões eram guardados em “caixa de propinas” administrada pelo doleiro Alberto Youssef. Um dos maiores beneficiários do esquema de desvios foi Meurer.

IMPEACHMENT

OEA solicita explicações

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que faz parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), notificou o governo do presidente interino Michel Temer a dar explicações sobre o processo de impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff. A manifestação foi uma resposta ao pedido feito pelo PT na semana passada para suspender o processo que levou ao afastamento de Dilma.

Entre os pedidos da OEA, está que o governo apresente as suas observações sobre o pedido do PT, explique o que foi feito para manter a legalidade do processo e quais seriam os efei-

tos do afastamento definitivo da petista. O governo foi notificado na última terça-feira e tem sete dias para se manifestar. O julgamento final do impeachment está marcado para começar na próxima quinta-feira, 25.

Segundo o Itamaraty, a comissão “solicitou as informações que o governo brasileiro considerar oportunas a respeito do caso em apreço”. A resposta encontra-se em processo de elaboração. Um dos signatários da petição enviada à OEA, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) comemorou. “Estamos confiantes.” O organismo também pediu novas informações aos deputados autores da peça.

Tríplices: Lula não é indiciado

A Polícia Federal entregou à Justiça na última sexta-feira, segundo o site Uol, relatório final sobre a fase Triplex X da Lava Jato. Foram indiciados a publicitária Nelci Warken (que admitiu ser a verdadeira dona do triplex no Condomínio Solaris, no Guarujá) e funcionários da Mossack Fonseca no Brasil. O relatório final da PF foi tornado público ontem pelo juiz Sérgio Moro. O ex-presidente Lula e seus familiares não foram indiciados. A propriedade do apartamento, porém, é apurada em investigação à parte. A defesa de Lula pediu ontem a Moro acesso à essa apuração.